

## A NATUREZA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Lenyra Rique da Silva\*

O princípio da propriedade privada capitalista, que é o mesmo das classes sociais, o qual norteia a divisão internacional do trabalho, não só é distituído de espacialidade, como de reconhecimento pela natureza humana dos expropriados ou semi expropriados. Tomando-lhes qualquer espaço digno para a sua reprodução, ou forçando-os a uma escravidão exterior, o sistema dá mostras de que a natureza humana do trabalhador não só é negada no processo de trabalho, como fora dele. Se é negada, não tem porque o trabalhador comer bem ou morar com dignidade e muito menos ter satisfeita outras necessidades. Ao mesmo tempo que a natureza humana dos expropriados é negada, ela é humilhada e aviltada. Uma condição fria demais.

A humilhação que o trabalhador sofre, massacra a sua natureza orgânica, mas pode fortalecer a sua natureza inorgânica. A sua razão e sua inteligência, o conduz a elaboração de formas de reação ao escravismo imposto pelo opressor. No tempo de trabalho, ou fora dele, a natureza humana negada do trabalhador, só assim existe para quem o oprime; para ele mesmo é estabelecida uma ordem de luta, que toma suas primeiras formas no próprio processo de trabalho e ganha vida nas horas de não trabalho para o capital, quando ele se une a tantos outros, da mesma forma massacrados organicamente, mas que descobrem na luta a forma de enaltecer a sua natureza inorgânica. Assim, sua natureza humana é alimentada fora do trabalho, na luta contra o opressor. Ao invés do homem trabalhador massacrado, na sociedade capitalista engrandecer-se no seu trabalho, esse o esmaga. Ele, na realidade, não está trabalhando para si e sim para um patrão que ele não escolhe. Isso explica porque o trabalho o torna inferior, o animalisa (esse é caso, por exemplo de aproximadamente 80% dos trabalhadores brasileiros, ou latino americanos, ou africanos, ou asiáticos), o reduz na sua essência humana, já que os objetos que ele produz, ou os serviços que ele faz, contêm fração de sua natureza humana e será apropriado por um indivíduo que lhe é estranho e que personifica o seu patrão. A sua natureza humana é engrandecida fora do trabalho necessário, que sempre está muito abaixo do necessário à sua reprodução como gente. O tempo de não trabalho, é tempo de lutar para ser organizar e organizar-se para lutar. A liberdade para si é encontrada nas horas em que está lutando contra a formasocial de trabalho que ele dispõe para sobreviver; as horas de trabalho para a sua reprodução, correspondem a sua desventura e por isso é escravidão. Sua reprodução é desumanizada.

Para reproduzir-se como homem seria necessário, que ao trabalhador se orientasse grande parte do resultado do que foi feito por ele, o que atenderia a todas as exigências de sua natureza orgânica e inorgânica. Ele poderia então respirar de forma mais saudável, alimentar tanto o corpo quando o espírito, habitar confortavelmente, dispor de locomoção respeitável para o seu trabalho ou lazer,

---

\* Professora Visitante do Mestrado de Geografia da UFSC/Brasil.

contar com assistência médica e hospitalar completa, ter educação séria para os seus filhos e desfrutar de um lazer que ampliasse o seu campo de conhecimento. Apoderando-se do resultado do seu trabalho o trabalhador estaria decidindo sobre os caminhos da sua vida.

Supomos que na própria jornada de trabalho capitalista, o trabalhador tomado como generalização trava uma luta interna entre sua natureza orgânica e inorgânica. Por mais que as leis capitalistas lhe imponha automação, para que ele pense o mínimo possível, a sua produção intelectual prepara-lhe todo um caminho para livrá-lo dela. Organicamente ele está no trabalho, inorganicamente está na luta contra aquele tipo de trabalho; só que uma natureza está na outra, não se separa; o que significa dizer que ao mesmo tempo o trabalhador está trabalhando para o capital e lutando contra ele; concomitantemente, ele desprende energias para produzir um objeto material no qual ele se aliena e para encontrar formas de lutar objetivamente contra a produção dessa coisa; para romper com a alienação. O objetivo e o subjetivo fundem-se na natureza do trabalhador. Fração da sua energia humana é orientada para a luta contra um trabalho que ele está desenvolvendo, ao mesmo tempo que desse trabalho sai um produto, enquanto totalidade concreta de horas de trabalho, de parte de sua existência humana. Uns concretizam essa luta outros não. Porque o enigma?

Ao contrário do que possa aparentar, a luta do trabalhador não se dá somente nas horas de não trabalho, aqui ela é executada, mas ela começa a ser idealizada nas horas de trabalho, se assim não fosse o trabalhador seria um robô, não natureza humana. Só a máquina pode ser programada unicamente para trabalhar. O trabalhador só reage e luta porque sua natureza humana é aviltada; a exploração econômica corresponde ao aviltamento a natureza do trabalhador. No trabalho está sua natureza orgânica, num corpo inorgânico, ao mesmo tempo que sua natureza inorgânica, contraditoriamente, unida a orgânica, está fora do espaço de trabalho e do seu corpo inorgânico, procurando as trilhas da liberdade.

Esse conflito interno do trabalhador é próprio daquele que desperta para a exploração à qual se submete dia-a-dia. Ele olha para trás e vê que suas gerações passadas sofreram o mesmo açoite disfarçado; olha para os seus filhos e sente que lhes transfere o estigma. Evidentemente o “mundo sem pé nem cabeça” da humanidade e das coisas, contém na sua estrutura organismos aparelhados com a finalidade de fazer com que o trabalhador desconheça as condições que poderão levá-lo-uma emancipação, quando então ele se voltaria contra elas de forma ameaçadora, para destruí-la. Ele nasce e é criado em um meio social que lhe diz como se comportar de forma disciplinada e obediente. Ele aprende os critérios do bem e do mal, do certo e do errado, da falsa ética burguesa, enfim, de todo o seu maniqueísmo; ainda tendo como reforço, muitas vezes, uma doutrina religiosa, que lhe diz ser ele filho de um ser supremo e como seu representante deve sofrer todas as agruras da matéria em prol de uma vida infinita, fora da terra, é claro, como reconhecimento do seu sofrimento. Ele será premiado com uma eternidade de felicidades.

A realidade da alienação, a qual o homem geral trabalhador está submetido, atinge-lhe ao mesmo tempo a matéria e o espírito. Toda a sua natureza humana se aliena, a natureza orgânica e inorgânica. O processo da desalienação atinge de início sua natureza inorgânica (se é possível abstrairmos para localizarmos as reações) na medida em que ele rompe com a ideologia inventada e disseminada pela aparelhagem burguesa (televisão, rádio, escola, igreja, família etc.) e começa a pensar diferente do pensamento teleguiado da sociedade de classes, a qual lhe diz que pela eficiência no trabalho e bom comportamento ele poderá chegar a ser patrão, se um vitorioso no sistema. Esse despertar não se dá por um estalo mágico, ou por um mecanismo qualquer e sim através de contatos diretos ou indiretos (pela leitura, por exemplo) com trabalhadores, ou seus aliados (intelectuais) que vêm combatendo a sociedade em que vivem, desde que ela vem sendo produzida e reproduzida. A partir de então, durante as horas de trabalho, sua natureza inorgânica passa a travar lutas contra a alienação impingida e quando esta é vencida, o homem trabalhador defronta-se com o seu ser social que desperta a sua consciência, daí para a luta exterior, seria um passo, se não existissem as ciladas do sistema. A luta, portanto emerge na idéia do trabalhador, quando sua natureza inorgânica determina, após ter sido atingida por um estímulo exterior. Só que concretamente esse despertar de consciência é freqüentemente mutilado. O trabalhador participa de manifestações reivindicatórias de salário para aumentar o mínimo do seu trabalho necessário e tendo conseguido, cala-se em seguida. A organização dos trabalhadores, contraditoriamente, não vem sendo determinada por uma nova concepção de mundo, mas por uma melhoria fortuita do mundo que ele ao mesmo tempo que nega (na luta, nas greves) afirma (quando se acomoda após o magro atendimento de suas solicitações).

Na sociedade capitalista de pouco mais de dois séculos, a situação de bestialidade do trabalhador operário hoje, não compreende todo o seu campo, mas não tenhamos dúvidas de que os operários que recebem, como remuneração do seu trabalho, um salário que lhe garante uma ração mínima para viver, constitui ainda a sua grande maioria, principalmente (porque), em algumas formações sócio-econômicas, como no Brasil, por exemplo. Além da especificação deste ser um Estado burguês latifundista moderno, há uma luta operária de menos de um século; enquanto nas formações sociais da Europa essa luta é anterior ao próprio capitalismo. A luta contra o pequeno camponês ou artesão contra a opressão tem cinco séculos e a luta de muitos deles contra a sujeição às regras do capitalismo data dos primórdios de sua história. Ela substanciava-se, muitas vezes, na morte daqueles que não se submeteram as ordens do novo sistema.

Por tudo isso a história da classe operária não é uma só. Corresponde a luta pelo respeito a natureza humana do trabalhador. A espacialidade dessa luta é uma totalidade visualizada aqui e ali, mas ela perpassa todos os espaços da sociedade capitalista, ou não. O que mais importa destacar não é o lugar, a forma, ou o tempo em que ela se trava e sim que na sua diferenciação há um ponto comum que norteia a luta: a vontade do homem superar todas as suas iniquidades. Mesmo que alguns segmentos da classe trabalhadora, não tenham ainda adquirido a consciência de como chegar a essa conquista, - e o que ela quer; o

que só pode ser conseguido com a total destruição da sociedade de classes, e de todos os tipos de alienação e fetichismo impostos ao homem trabalhador. Aí o homem encontrará a harmonia entre a sua natureza orgânica e inorgânica, expressará plenamente a sua natureza humana.

A luta de classes é uma categoria bem anterior ao capitalismo. É possível que o seu tempo se confunda com a própria história do homem civilizado. Ela é atemporal e não espacializada. O que se espacializa, se materializa, são as suas manifestações: expressões diversas de um momento em que ela se concretiza pela organização de grupos de trabalhadores; o que raramente na história tem se constituído em confrontos de classes, na sua superação momentânea. Sua total superação possivelmente só será determinada pela plenitude do desenvolvimento da natureza humana dos trabalhadores oprimidos.

A Geografia das próximas décadas, deverá preocupar-se com a natureza em todas as suas instâncias. O Espaço geográfico constituído de totalidades capitalistas e não capitalistas tem a sua produção-reprodução realizada por meio do trabalho dos homens dialeticamente coisificados para o sistema e hominizados para si mesmo, onde a luta da natureza humana pela sua plenitude de vida se dá dentro e fora da atividade produtiva, dentro e fora de si mesmo, do seu corpo, da sua natureza.

O resultado do trabalho humano, isto é, de fração da natureza humana, objetivamente na coisa feita ou produzida, percorre o mundo inteiro. A realização de um trabalho X poderá se dar muito distante do local onde o trabalhador produziu ou prestou um serviço qualquer; numa totalidade submetida a outra sociedade, a outro modo de produção. A não espacialidade da produção do espaço geográfico está directamente unida a não espacialidade da natureza humana em sua dimensão orgânica e inorgânica.

Sintetizando, o espaço geográfico, para nós, é produzido pelas relações contraditórias entre natureza orgânica e inorgânica interior e exterior ao homem. O homem é, está e produz espaço, a um só tempo. Espaço social. Isto se dá por meio de sua propriedade, pela função e pelo resultado dessa propriedade.

Através da propriedade, inclusive, e principalmente, da força de trabalho o homem é um dos momentos do espaço geográfico pela via natural e histórica ao mesmo tempo. Propriedade do seu corpo, essência inorgânica, indissolivelmente unido ao seu aparelho orgânico que sintetizam a essência contraditória do homem, negada, enquanto coisa, força de trabalho e coisa capital – na sociedade burguesa, mas afirmada pela ação da consciência productiva, material, criadora e ideológica. A reprodução dessa dimensão humana se realiza através do consumo, determinado socialmente nas sociedades históricas, isto é, pelas classes “fundamentais” econômico-políticas. Isso vale dizer que o homem também é espaço pela atividade do consumo.

O homem sem posses ou propriedade de bens materiais *está* no espaço por meio da função natural-histórica da propriedade de sua força de trabalho: o trabalho – como força física nas sociedades primitivas e posteriormente assumindo um carácter histórico nas sociedades escrava, servil e assalariada, subordinadas aos modos de produção correspondentes. O assalariamento é fruto da venda da coisa força de trabalho em qualquer atividade social, tradicionalmente produtiva (indústria, agricultura), ou não (comércio, serviços – dos mais sofisticados – intelectual – aos mais simples (lavagem de roupa manual, por exemplo), públicos ou privados. Qualquer uma dessas atividades se realiza pela reificação e objetivação dos trabalhadores nos produtos que eles criam e produzem ou nos serviços que eles fazem.

Os donos das riquezas e dos meios através dos quais eles colocam o trabalho da força de trabalho comprada para criar mais valor estão no espaço não só pelas suas propriedades concretas como através da função abstrata de sua propriedade concretas como através da função abstrata de sua propriedade de trabalhar para *ter* mais, dirigir, mandar e administrar as formas de seus subordinados lhes garantir, progressivamente trabalho de graça, incorporado a todas as coisas criadas, idealizadas e executadas, desde uma simples caneta aos grandes edifícios ou máquinas sofisticadas, fabricadas com o requinte resultante do trabalho científico e do desenvolvimento tecnológico. Para esses homens, proprietários privados de bens materiais seus trabalhos também lhes pertence. A função de sua força de trabalho se realiza para si, enquanto a dos trabalhadores assalariados ou de muitos pequenos produtores aparentemente independentes é consumida pelos seus patrões, declarados ou não. Todos *estão* no espaço pelo trabalho. Com a diferença de que os que consomem, sua força de trabalho para si e os proprietários dos meios de produzir *estão inteiros* e os outros *estão mutilados*.

Os trabalhadores não qualificados ou com pouca qualificação, remunerados com salários muito baixos, sabem da exploração a que estão submetidos; aqueles qualificados que recebem melhores salários sentem menor peso e os emissários dos capitalistas dos grandes grupos econômicos, seus testes de ferro, que realmente administram os grandes negócios, isto é, os intermediários da exploração, são compensados com altos salários, mas nenhum deles deixam de *estar incompletos no espaço*, porque não trabalham para si são cumpridores de ordem. De fato é como se houvesse uma hierarquia de homens mutilados no espaço (na sociedade) pela maior ou menor fração de trabalho alienado extraído nas atividades que todos desempenham.

A “Casta” dos executivos é uma criação nova do capital oligopolista. Apesar deles detém certos privilégios não deixam de ser “coisas” necessárias para os grupos aos quais estão subordinados. Eles estão no espaço pela ação alinante e ao mesmo tempo alienadora. Objetivam trabalho nos produtos ou nos serviços em que se especializa a empresa a que estão ligados ao mesmo tempo em que representam o patrão e se portam como agentes do processo de trabalho – o processo material de alienação – dos seus subalternos. É uma “Casta”

hierarquizada contida na divisão internacional do trabalho com a incubência específica de dirigir e administrar os trabalhos executados nas grandes empresas em todos os níveis. Eles não só oprimem (nas formações sócio-econômicas ditas atrasadas – Brasil, por exemplo), como são permissíveis das formações ditas desenvolvidas (onde o movimento do operariado já atingiu um mais alto grau de organização). Aí os trabalhadores vêm atingindo um mais alto padrão de satisfação material.

Em síntese, queremos apontar o alto grau de falta de consciência material dos ungidos do capital, de um lado e dos trabalhadores que não estão no espaço pelo trabalho político consciente libertador. Eles se unem na alienação material e ideológica que vem sendo reproduzida no seio de cada unidade, nação e se contrapõem a uma minoria de trabalhadores que também estão no espaço pelo trabalho político de uma consciência despertada.

Com toda a agitação social do final do século XX, em particular nas formações “atrasadas”, sejam elas capitalistas ou não, a administração das crises vêm se dando para que o capital saia delas com nova performance. Mas no interior delas as várias formas de luta de classes não morreram como apregoam os direitosos e os falsos marxistas, que se dizem “pós” quando, na nossa opinião nunca foram. A partir dos desdobramentos dos sistemas introduzidos no leste europeu, que estão muito distantes de terem se constituído em formações socialistas, eles bradam a morte do marxismo como práxis transformadora do mundo. É de se supor que não entendam a teoria científica de Marx da consciência material do explorado (proletariado), no bojo das contradições entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção, que estão muito sofisticados, hoje, o que dá uma aparência de superação. O desenvolvimento do capitalismo procurou e conseguiu com eficiência distanciar os trabalhadores até dentro de um mesmo território nação; mas há os que escapam a esse outro tipo de dominação e lutam.

A produção do espaço se faz por meio do resultado da propriedade do trabalho, do que ele executou e se revela como um momento intimamente ligado ao ser e estar no espaço. É o *resultado* do trabalho.

O *ser, estar e produzir* espaço faz de toda a vida do homem, unicamente senhor da sua força de trabalho, uma vida de exploração de submissão, de alienação material, a qual é concretizada em tudo que é construído e feito e que cerca cada um de nós nos diversos momentos do espaço geográfico que se queira considerar. Esse resultado é a materialidade da produção do seu dia-a-dia. Aí está em cada coisa fração da sua humanidade, marca da reprodução de sua vida; ao mesmo tempo que representa a propriedade material dos poucos numerosos que compõem a classe dominante. Daí esse resultado ser também opressão, consciência dominada, controle, fetiche (aparenta ter existência própria). A leitura desse resultado, dessa representação, dessa instrumentalização, tal qual estamos fazendo é determinado pelo método dialético articulado a filosofia do materialismo histórico.

O resultado do trabalho também contém a natureza da luta de classes. Seja qual for a sociedade, ela está dividida em classes, é alimentada pelo trabalho alienado. Muitas vezes o trabalhador está fora da luta ou participa eventualmente. Nesse caso só houve um despertar de consciência, não uma consciência despertada. A luta entre sua natureza orgânica e inorgânica não avança. É dela que surge uma consciência material de classe e essa luta não se dá isoladamente, mas por ele estar na classe.

O *ser, estar e produzir* espaço geográfico se configuram num lugar sem ficar só aí. Um debate intelectual, por exemplo, acontece num determinado recinto e se socializa, ultrapassa fronteiras formais. As descobertas científicas são feitas em um dado recinto, depois correm o mundo. O trabalho de um camareiro de hotel, acontece aí, mas vai se substantivar no dinheiro que aumenta a riqueza do dono do hotel, em objetos de consumo pessoal, ou patrimônios dos mais diversos tipos, na cidade em que o referido camareiro mora, fora dela, no campo, noutro país, etc. São muitos os exemplos. É só pensar.

A substantivação do trabalho industrial, agrícola e comercial, também acontece num lugar, depois é lançado ao mundo para realização do lucro, conversão de valor em objetos finais, após realizado em vários momentos da circulação.

As instâncias *ser, estar e produzir* espaço são historicamente inseparáveis, o que se manifesta na sociedade são todos os atributos relacionados a cada uma delas, que pela nossa análise está centrada na substância maior de qualquer sociedade, subordinada a um ou outro modo de produção – *o trabalho*. É pela realidade da força de trabalho como mercadoria, que, como tal é vendida e comprada, tem preço e aliena fração de sua substância no universo capitalista que o espaço geográfico, que é social, é mercadoria e ao mesmo tempo não humanizado, não só pela inversão entre o que é produzido e quem produz mas pela ação da consciência material da natureza humana que pensa, briga e muitas vezes luta para mudar o seu rumo. Por outro lado, no entanto, há o fetichismo do salário que mais imediatamente é o que conta e que esconde do trabalhador sua condição de mercadoria – ele tem dinheiro, pode trocar, consome, é socialmente necessário.

Por tudo isso o espaço geográfico, em termos de superfície terrestre é a natureza social, construída e criada pela natureza humana e pela natureza nata.

O espaço geográfico é o espaço da produção e reprodução das relações sociais do planeta terra submetidas a tridimensionalidade espaço-temporal (passado, presente, futuro; lugar A, B, C, etc.). Como não pode deixar de ser, essas relações se dão pelo trabalho e a execução de qualquer tipo de trabalho manual ou intelectual, em um dado lugar, se faz em um tempo presente, ao mesmo tempo que outros lugares e outros tempos aí estão pelas relações anteriores e posteriores, necessárias a essa execução, de um lado – e por outro lado devido a imbricação dialética de lugares e de tempo. Exemplo, o ato de dar uma aula significa o professor estar num lugar – sala de aula e outros lugares aí também então, (a biblioteca, a sala de sua casa, seu quarto, um outro lugar qualquer) onde

o professor foi buscar informações para esta aula ou que serviu a seu ócio produtivo, à sua reflexão. O momento da aula o tempo-presente, foge à cada palavra dita ou a cada raciocínio formulado. Falou, já foi. É passado imediato e se está num futuro imediato. O ritmo da vida é tão rápido que qualquer façanha humana escapa a uma total apreensão de presente. É como se tudo fosse passado, ou futuro, e o presente que é o tempo mais concreto não passasse de uma abstração. Sob um outro prisma poderíamos dizer que no ato da aula, em que várias pessoas participam, momentos distintos de trabalhos anteriores e posteriores se encontram (já nos referimos ao professor). Os alunos se prepararam em lugares diferentes para essa aula e daí saem não como entraram. O que eles conheciam sobre o assunto abordado foi modificado e eles levarão o novo conhecimento para lugares diversos, sempre de uma outra forma, e esse conhecimento pode não só atravessar a fronteira da sala de aula, mas de uma comunidade, cidade, município, país, etc. O mesmo também é válido para o professor que não sai da sala de aula, como entrou. Com relação ao trabalho manual, talvez se torne ainda mais fácil se entender essa tridimensionalidade espaço-tempo. Supomos que este é o processo, enquanto a terra existir como planeta habitado pelo homem.

Estudar a superfície da terra tal qual ela é ou pode ser representada em cartas, mapas ou fotografias é o mesmo que se prender unicamente a aparência de um dado momento. Ela não existe como natureza natural e sim como natureza criada e recriada; produzida e reproduzida. Certamente pode ser registrado em qualquer momento desse espaço expressões da natureza dita física (que como já demos a entender preferimos chamá-la de natureza exterior ao homem não criada ou produzida por ele) a natureza nata, que também é social, seja pela intervenção dos homens coisificados, ou não, no seu interior ou por meio das relações contidas no devir histórico da tridimensionalidade espaço-temporal; e também representações da construção humana.

O espaço geográfico não é o que se apresenta diante dos nossos olhos aqui e ali, o que nós vemos ou percebemos são concreções de momentos desse espaço. O espaço geográfico é uma abstração em termos de generalização de abrangência.

Vários autores da chamada vertente, crítica vêm afirmando que esse espaço é social, é a sociedade, mas parecem falar só de um espaço resultado (do trabalho), o que é abarcado por uma *visão crítica*, não por uma *reflexão crítica*. O que existe na superfície da terra sem corresponder a natureza “nata” é o resultado das relações sociais num dado momento histórico ou da rápidas materializações dessas relações. Junts eles compõem a paisagem que poderá ser tomada como ponto de partida e de chegada de uma investigação ou de uma interrogação reflexiva.

Para nós, além dos resultados, é muito mais espaço geográfico os ínfimos lances da espiral de articulações que compõem as instâncias de *ser*, *estar* e *produzir* espaço de acordo com o que demos a conhecer nesse texto e que não se fotografam, cartografam ou mapeiam, em razão da velocidade em que se



desenvolvem. Só pequenos momentos desse espaço pode ser estudados, pesquisados e alguns aspectos, representados, desde que se tenha a preocupação de explicar essa representação. Transportes de largas e coletivos, por exemplo representam um meio de circulação de mercadorias para consumo imediato de mercadoria capital-matéria-prima, máquinas no primeiro caso os transportes coletivos se configuram como um meio de circulação de uma mercadoria muito especial – a força de trabalho que só existe sob o regime de propriedade privada dos meios materiais de produzir (privado de um indivíduo, de um grupo particular, declaradamente capitalista, de um grupo burocrático, enfim devido a privatização material feita por classes sociais que dominam as demais). A força de trabalho em algumas formações sociais ditas não capitalista não são tomadas como mercadorias, mas como cooperadoras, só que na essência todas elas alienam trabalho. A superação do trabalho alienado parece não existir em qualquer formação social do chamado socialismo real. Isso nos diz que, na essência, em qualquer parte do mundo, os transportes coletivos servem ao deslocamento da força de trabalho que produz a riqueza do mundo e se apropria de uma ínfima parte dela.

Um outro exemplo que nos ocorre agora: a produção fumageira em um estado “x” ou “y”. Podemos fotografar os terrenos com plantio, estufas; fazer uma representação gráfica do rendimento por unidade de área num dado período, mas sem perder de vista que uma maior ou menor produtividade prende-se muito mais a presença de capital constante (representado pelo maquinário agrícola e pelos insumos) que põe a força de trabalho familiar em funcionamento do que aos “eventos fortuitos da natureza”. Que uma maior produtividade natural ou social vai se concretizar em mais dinheiro para as empresas com as quais os pequenos produtores trabalham e outras que não estão diretamente ligadas a produção de fumo, mas se articulam com ela, do que para as bolsas dos fumicultores. Por outro lado é preciso explicar o que as fotografias não mostram: que os terrenos plantados com fumo e as estufas são locais de brutal exploração do valor (do trabalho contido nas folhas de fumo) para o produtor e sua família. É que todo o trabalho contido nessas folhas de fumo vai ser realizado por empresas diversas, em vários momentos da circulação que ultrapassa qualquer território institucionalizado (município, cidade, estado, país, etc.).

O que queremos mostrar é que não é possível tomar um aspecto ou outro de atividade econômica (no caso transportes e pequena produção fumageira) como categorias econômicas pura e simplesmente. Para entendê-las como momentos de espaço geográfico se faz necessário colocá-las numa dimensão filosófica, isto é, do materialismo histórico e dialético. Sem essa preocupação trabalha-se com categorias estanques.

Esses são rápidos exemplos de como se pode pensar o *ser*, *estar* e *produzir* momentos do espaço geográfico.

As relações sociais do espaço geográfico em escala planetária, que só podem ser estudadas como totalidades, continuam, as portas do século XXI, relações entre

dominadores e explorados, particularmente no universo capitalista. Não mais a relação simples, patrão operário e sim relações de múltiplas colorações entre os que detêm o poder porque materialmente possuem unidos aos seus emissários hierarquizados, desde os seus subordinados inferiores; trabalhadores braçais, manuais, técnicos, intelectuais que recebem salários na concepção clássica (remuneração do trabalho necessário), os quais se opõem ao grupo hierárquico de patrões que o capitalismo vem criando ao longo de sua história. Quanto mais ele avança, mais os verdadeiros donos se escondem por trás das coisas que dominam – o crédito e a tecnologia no momento, que na essência não deixam de ser a máquina e o dinheiro – deixando a mostra os falsos patrões (ou verdadeiros, por serem os que aparecem) que dirigem os negócios do crédito e os que gestam a distribuição da tecnologia no mundo. O nível da tecnologia empregada nas várias atividades produtivas, revela as manifestações das relações sociais, onde é extraído mais trabalho vivo ou não. Este sempre será o grande alimento do capital. Quando ele deixar de existir certamente o modo de produção será outro.

Pelo que vimos falando até aqui, dá a impressão de que a Geografia se preocupa em trabalhar com os inúmeros vieses das relações humanas ou das questões sociais, como um todo. Não é nada disso! Cada estudioso da sociedade, intervém cientificamente no social procurando dar conta de suas preocupações atreladas a seu campo de conhecimento refletindo a sua posição em termos de teoria e método. Suponho que não há preocupações em buscar limitantes.

É tempo da geografia deixar de ser o lugar da inércia o lugar puro e simples, um ponto qualquer da superfície terrestre. Este, tal qual se apresenta, fala por si mesmo, impescinde de qualquer ciência para explicá-lo, ou interpretá-lo. O social, constitui para o profissional de geografia o seu serobjeto no sentido de um objeto interior ao processo de investigação (por isso, ao mesmo tempo é o seu ser) e não algo externo tido como universo de pesquisa do geógrafo, que só pode ser estudado enquanto totalidades que se imbricam umas nas outras, num processo que só as extinguirá com a superação total do homem. É impossível se querer estudar o *ser*, *estar* e *produzir* espaço geográfico (pela sua magnitude), mas é fundamental que se estudem essas instâncias em qualquer atividade econômica como momentos, a partir de uma pequena área, lugar ou região (também não sabemos até que ponto uma dessas concepções, cientificamente, é superada pela outra. Para nós elas só existem localmente e como tal podem ser empregadas como sinônimos), tendo em mente que, seja qual for o lugar, inúmeras totalidades do *ser*, *estar* e *produzir* espaço, se entrelaçam, se justapõem, se conflituam, se contrapõem e se articulam continuamente.

O significado semântico-conceitual clássico da palavra geográfica – estudo da terra – não distancia-se, a rigor, da nossa preocupação teórica. Só que não levamos em consideração o retrato da terra, mas das vidas humanas a partir de sua superfície-solo-terra, que diferentemente do que era ou é considerado na Geografia clássica (para uma tradicional, para outra moderna), natureza natural a compreendemos como natureza social. É como tal que ela tem importância real. Realidade que se traduz em propriedade privada em grande escala do planeta.

Propriedade privada capitalista ou não privilégio de algumas classes pouquíssimo numerosas.

O método dialético, segundo essa visão-reflexão, é fundamental para o estudioso de geografia. Compreender e interpretar que as relações travadas num dado lugar, área ou região não se esgotam aí. Seja o *ser*, *estar* o *produzir* espaço por meio do trabalho material-manual-braçal, ou material-intelectual-científico. Daí a nossa preocupação em não espacializar o ser estar o produzir espaço que é a um só tempo natureza e sociedade.

## **Bibliografia**

MARX e ENGELS. A ideologia alemá. Ed. Presença, Lisboa.

----- . Textos 1, 2, 3. Edições Sociais, 1977.

ENGELS, Friederich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Civilização Brasileira, 1981.

RUBIN, Isaak Illien. A teoria marxista do valor – Polis Caderno Ensaio – Marx Hoje Série Grande Formato 1987 – Ed. Ensaio, 1987.

QUAINI, Massimo. Marxismo e geografia. Paz e Terra, 1979.

MANDEL, Ernest. O lugar do marxismo na história. Ed. Aparte, 1987.

----- . A crise do capital. Ed. Ensaio, 1990.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Zahar, 1981.

LENIN, Illich. Imperialismo fase superior do capitalismo. Global Editora, 1982.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O regionalismo nordestino. Ed. Moderna, 1984.

SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado.

----- . Por uma geografia nova. Hucitec, 1978.

----- . Espaço e sociedade. Vozes, 1979.

PINSKY, Jaime. Questão nacional e marxismo.

LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. Papyrus, 1988.

MOREIRA, Ruy. O discurso do avesso. Ed. Dois Pontos, 1987.

----- . Teoria e crítica. Vozes, 1982.

----- . O movimento operário e a questão cidade campo no Brasil. Vozes, 1985.

SILVA, Lenyra Rique da. A não espacialidade geográfica e a questão da terra. Ed UFRN, 1989.

MORAES, Antonio Carlos Robert e CASTRO, Wanderley Messias de. Valorização do espaço. Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias geográficas. Hucitec, 1989.

SILVA, Armando Correia da. O espaço fora do lugar. Hucitec, 1980.

----- . De quem é o pedaço?. Hucitec, 1986.

CORRÉA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. Ática, 1986.